

## Reforma Tributária

nº 07 • 10 abril 2023



Em semana esvaziada pelo feriado da Paixão de Cristo (07), o Grupo de Trabalho (GT) do Sistema Tributário Nacional (STN) da Câmara dos Deputados reduziu as suas atividades. Com efeito, o colegiado realizou uma visita técnica à **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)** na segunda-feira (03) e promoveu uma única audiência pública para ouvir a ministra do Planejamento e Orçamento, **Simone Tebet**, na terça (04).

Na segunda, o presidente da FIESP, Josué Alencar, endossou seu apoio à Reforma Tributária, mas pontuou que **não se “pode admitir” que possíveis tratamentos diferenciados a outros setores resultem em mais impostos para a indústria**. A manifestação de Alencar se dá em meio às demandas de segmentos econômicos como agropecuária e serviços por tratamentos especiais, apontando que haverá um aumento de carga tributária caso não haja exceções a uma alíquota única do imposto sobre bens e serviços (IBS). Alencar ainda afirmou que *“muitos setores hoje, talvez por estarem desinformados, talvez por não terem feito as contas certas, acham que o IVA [imposto sobre valor agregado] trará aumento de carga tributária para aquele setor”*.

Ainda na perspectiva setorial, **nove entidades do segmento de saúde**, como a Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (Abimed), a Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (Abimo) e o Grupo FarmaBrasil, reuniram-se nessa quarta (05) com o coordenador do GT, deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), para pedir a **manutenção do tratamento tributário diferenciado**, considerando a essencialidade do setor. Segundo as entidades, a oneração dos tributos pode *“limitar o acesso a tratamentos e dificultar a inclusão de novas tecnologias, em razão da impossibilidade de absorver a elevação de preços”*. Destaca-se que o deputado Lopes havia participado de um seminário patrocinado pela Abimed na segunda, durante o qual sinalizou que **podem ser previstas alíquotas diferenciadas para setores como agroindústria, saúde, educação e transporte de cargas**, como tem sido praticado em outros países. De acordo com ele, a decisão de ressalvar alguns setores pode ser incluída já no texto constitucional para garantir maior segurança sendo possível até antecipar discussões a nível infraconstitucional no sentido de efetivamente implementar esses tratamentos diferenciados, caso se opte, por exemplo, por alíquotas reduzidas da alíquota padrão.



Em outra frente, a **Sociedade Rural Brasil (SRB) declarou apoio ao “Movimento Simplifica Já”**, que busca a aprovação da [PEC 46/2022](#), do senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR). A adesão da SRB ocorre uma semana após o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP/PR), dizer que a PEC 46/2022 é mais “simpática e palatável” para o agro, por não prever unificação de tributos nem uma alíquota única, como as principais propostas em discussão.

A audiência pública com **Simone Tebet** se concentrou na apresentação da visão do Ministério do Planejamento acerca dos efeitos positivos esperados pela Reforma. Tebet mencionou alguns estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre os impactos do novo sistema tributário para os municípios, dados que já haviam sido apresentados em outra ocasião no GT. A ministra reforçou que **nenhum ente subnacional perderá receitas com a Reforma, já que será criado um fundo constitucional para compensar qualquer queda de arrecadação durante os primeiros 20 anos de vigência do novo sistema**. A esse respeito, o coordenador do GT comunicou à imprensa que o ponto de partida das negociações prevê um repasse de ao menos R\$ 48 bilhões por ano para esse fundo. Ainda não há clareza sobre a fonte de custeio, havendo propostas tanto no sentido de que o financiamento venha de uma parcela do IVA federal – *resultado de eventual unificação de tributos como Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)* – quanto de uma combinação de receitas do IVA federal e do IVA subnacional – *fruto da unificação do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e do imposto sobre serviços (ISS)*.

Após a audiência pública, o relator da matéria, **Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)**, disse que **não concorda com a ideia de custear o fundo de compensação com receitas do IVA, pois isso implica a necessidade de majorar a alíquota do imposto**, o que ele tem dito que não pretende fazer. Cumpre lembrar que o financiamento do fundo foi um dos motivos que levou o então ministro da Economia, Paulo Guedes, a interditar as discussões sobre a Reforma no governo anterior, pois receava que a União teria que arcar sozinha com a compensação a estados e municípios.

Outro tema tratado com maior profundidade foi o dos **benefícios tributários**. Tebet reforçou que o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus (ZFM) estão preservados nas atuais discussões, mas afirmou que **a política de incentivos fiscais se exauriu**, apesar dos efeitos positivos que teve no início. Nesse sentido, pontuou que o GT terá que discutir os atuais benefícios em vigor e verificar se permitirá a criação de novos, mas desde que se findem em 2032 – *em referência à [Lei Complementar nº 186/2021](#), que prorrogou até 2032 os incentivos fiscais concedidos pelos estados e pelo DF*. Sobre esse tema, o deputado Aguinaldo Ribeiro garantiu que **“os incentivos dados por Estados e pela própria União que estão em vigor serão respeitados, e no prazo que estão contratados”**.

Do ponto de vista político, **o governo tem um desafio duplo no Congresso**: aprovar o novo arcabouço fiscal, que deve ser encaminhado ao Parlamento nesta semana, e a Reforma Tributária. A principal dificuldade consiste na **conciliação entre uma Reforma neutra**, que promete não aumentar a carga tributária – *ponto bastante questionado por diversos setores econômicos, como tem sido apontado nas edições anteriores deste Informe* –, e **o novo regime fiscal, cujo cerne é o aumento da arrecadação e não a redução dos gastos públicos**. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem insistido que as propostas em elaboração pelo Executivo, em que pese estimarem aumento de arrecadação superior R\$ 100 bilhões, não implicarão aumento de carga, mas apenas cobrança de impostos daqueles que hoje não contribuem, como sites de apostas, fundos exclusivos de investimento e brechas em incentivos fiscais. Isso vai exigir maior esforço de articulação do Planalto bem como flexibilidade da equipe econômica nas negociações.

Na próxima semana, o GT dará continuidade às discussões setoriais, com foco nos segmentos de transporte, saúde e educação.

Segue o relato da audiência pública ocorrida no GT nessa terça-feira.



**EFEITOS POSITIVOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA ECONOMIA BRASILEIRA**

A audiência contou com a presença da ministra do Planejamento e Orçamento, **Simone Tebet**, ex-senadora por Mato Grosso do Sul (2014-2023), ex-vice-governadora de seu estado (2011-2015) e ex-prefeita de Três Lagoas-MS (2005-2010), como única convidada.

**Simone Tebet** iniciou sua fala mencionando que, desde a Constituinte (1987), há discussões em torno de um “imposto único”, nos modelos de um imposto sobre valor agregado (IVA) e que vários governos, desde Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), têm tentado aprovar uma Reforma, sem sucesso, apesar de haver um consenso em torno da matéria. Um dos elementos que têm dificultado o avanço de uma Reforma é o fato de que o Senado Federal representa todos os estados brasileiros, de maneira paritária, o que prejudicou as discussões, especialmente no que diz respeito ao ICMS e às propostas de mudar a arrecadação do estado de origem para o de consumo, atraindo a oposição dos estados produtores, como o Mato Grosso do Sul, que é um estado com pouco consumo em virtude de menor número de residentes – *dados preliminares do Censo 2022 do IBGE apontam para pouco mais de 2,8 milhões de habitantes, o sétimo menor do país nesse quesito*. Nesse sentido, disse que sempre **pediu aos deputados uma atenção especial às questões dos estados, porque a Câmara é mais aberta às discussões, mas sempre foi o Senado que emperrou alguns debates devido a preocupações federativas**.

Diante dos diversos desafios e das divergências existentes, Tebet pontuou que “a Reforma ideal é a possível”, aquela que for aprovada pelas Casas Legislativas. De acordo com ela, **somente é necessário que o novo sistema tributário tenha dois eixos: tributação no consumo e unificação de impostos**, seja em um IVA único ou dual, com criação ou não de um imposto seletivo.

A ministra utilizou novamente a expressão de que a Reforma é a “bala de prata” do governo, enquanto o novo arcabouço fiscal seria a “bala de bronze”, já que apenas resolveria uma questão interna da Administração Pública, que é não gastar mais do que arrecada, pretendendo zerar o déficit fiscal até 2024.

Afirmou que o chamado “manicômio tributário” é o resultado de uma série de modificações feitas ao longo do tempo para mitigar o peso da carga tributária para diversos setores. Mas pontuou que **os benefícios tributários, por um tempo, tiveram resultados positivos para os estados que não são consumidores**, mencionando que, quando prefeita, conseguiu levar a maior e a segunda maior fábricas de celulose do mundo para Três Lagoas. Apesar disso, com o passar do tempo, os benefícios fiscais deram origem a uma guerra, na qual ninguém ganha.

Fez referência a dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), segundo os quais, no atual sistema tributário, há cerca de R\$ 500 bilhões de sonegação por ano, além do volume do contencioso, que chega a trilhões de reais. Afirmou que alguns benefícios são necessários e vão continuar, tais como o Simples e a Zona Franca de Manaus. No entanto, **pontuou que os benefícios fiscais somam R\$ 400 bilhões por ano e mencionou a aprovação da [Emenda Constitucional nº 109/2021](#), que determinou**



**Simone  
Tebet**

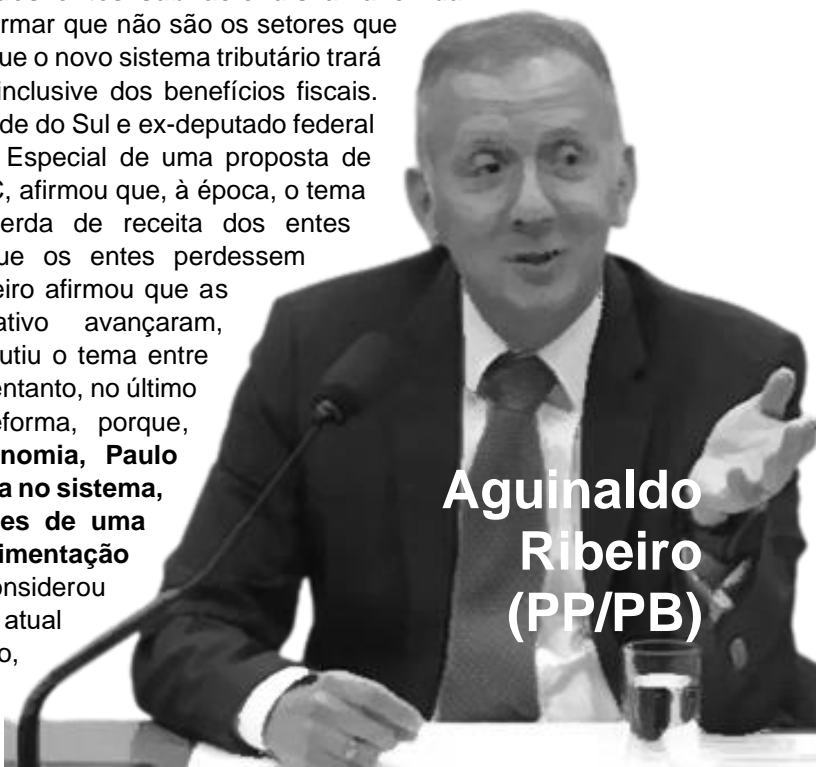
**que os benefícios sejam reduzidos pela metade.**

Encerrou sua primeira fala defendendo que a Reforma deve ser neutra, no aspecto de não aumentar a carga tributária, mas também justa no nível federativo, garantindo uma transição mínima de 20 anos para os entes federados, durante a qual um fundo deve assegurar as receitas dos estados e municípios que possam vir a perder arrecadação com o novo sistema em um primeiro momento – *nos 20 anos seguintes à transição, o Fundo se reduziria, porque o crescimento econômico proporcionado pela Reforma já seria o suficiente para reequilibrar as receitas subnacionais*. Ainda disse que outro efeito positivo do novo sistema tributário será a geração de empregos na indústria, que, embora não seja o segmento que mais empregue, é aquele que fornece postos de trabalho mais qualificados e com renda superior à média.

**Manifestação dos Parlamentares**

O relator do GT, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)**, afirmou que o atual STN chegou à exaustão e não possui transparência. **Crítico como uma das anomalias do sistema a cobrança “por dentro” do imposto, isto é, o imposto cobrado sobre o consumo faz parte da sua própria base de cálculo**, impactando ainda mais os preços praticados e comprometendo a eficiência e a produção.

Disse que o ambiente favorável para aprovação da Reforma se dá, dentre outros pontos, pelo **alinhamento federativo da maior parte dos entes subnacionais a favor da matéria**. Na perspectiva setorial, voltou a afirmar que não são os setores que pagam impostos, mas o consumidor final, e que o novo sistema tributário trará à luz todos os impactos do atual sistema, inclusive dos benefícios fiscais. Mencionou que o ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-deputado federal Germano Rigotto, presidente da Comissão Especial de uma proposta de Reforma Tributária no segundo governo FHC, afirmou que, à época, o tema não avançou em razão do temor de perda de receita dos entes subnacionais e também do receio de que os entes perdessem autonomia sobre o tributo. No entanto, Ribeiro afirmou que as discussões sobre esse ponto federativo avançaram, especialmente na Comissão Mista que discutiu o tema entre 2020 e 2021, na qual também foi relator. No entanto, no último governo, não foi possível aprovar a Reforma, porque, segundo ele, **o então ministro da Economia, Paulo Guedes, não desejava uma alteração ampla no sistema, mas a criação de um tributo aos moldes de uma Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)**, o que o relator considerou “extremamente regressivo”. Ressaltou que o atual governo reconhece o papel do Parlamento, pois poderia ter enviado um novo texto sobre a matéria, mas preferiu apoiar aqueles que já estavam em discussão no Congresso.



**Aguinaldo  
Ribeiro  
(PP/PB)**

**Tabata Amaral (PSB/SP)** disse que se preocupa com a **falta de avaliação de impactos e da efetividade dos benefícios fiscais concedidos** – a deputada é coautora do [PLP 214/2021](#), que trata do assunto – e questionou a ministra Tebet sobre eventuais regras de monitoramento de benefícios fiscais e possível manutenção de tratamentos diferenciados. Ainda perguntou qual a visão do Ministério do Planejamento sobre o **tratamento tributário de questões ambientais**, tanto sob a ótica de incentivos para empregos e produtos “verdes”, como também mecanismos que desestimulem o consumo de produtos nocivos ao meio ambiente e à saúde. Por fim, questionou sobre como enfrentar a regressividade do sistema, na perspectiva da tributação sobre a renda, já nas atuais discussões sobre a tributação do consumo.

**Simone Tebet** respondeu que a tributação sobre a renda deve ficar para um segundo momento, porque isso criaria um ruído ainda maior, além dos já numerosos obstáculos nas discussões sobre a Reforma da tributação do consumo. Mencionou que o assunto não avançou no Senado Federal, em que pese a Câmara já ter aprovado uma reforma do imposto de renda – *referência ao [PL 2337/2021](#), aprovado pelos deputados em setembro de 2021*. **Sobre a tributação diferenciada de itens relativos ao meio ambiente e à saúde, disse não ver impedimento para que o tema seja discutido neste momento**, mas que já há previsão nos textos em discussão de imposto seletivo para produtos como cigarro e bebidas e que **vê como positivas as discussões sobre incentivos à “economia verde”**. No que diz respeito à avaliação e monitoramento de benefícios fiscais, afirmou que, pela primeira vez, o Ministério possui uma secretaria específica, sob a direção de Sergio Firpo, para monitorar as políticas públicas brasileiras, que tem como objetivo aperfeiçoar os programas existentes e eliminar aqueles que não se justificam do ponto de vista do custo-benefício. Pontuou também que, desde que foi criado o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, em 2019, foram avaliadas políticas públicas que gastaram cerca de R\$ 1 trilhão. Ressaltou que a função do seu Ministério é garantir que não haja “colisões” orçamentárias entre os objetivos das demais pastas da Esplanada.



**Clodoaldo  
Magalhães  
(PV/PE)**

**Clodoaldo Magalhães (PV/PE)** questionou a possibilidade de **criação de um fundo socioambiental** específico já na Reforma, com vistas a uma transição verde, o que evitaria um “colapso” nas exportações, considerando as diversas restrições impostas por outros países quanto a produtos que violem regras ambientais. Também **perguntou se a ministra acredita que alíquotas diferenciadas ou desoneração da folha de pagamentos são medidas capazes de atender ao setor de serviços**, considerando a alta empregabilidade do setor. Quanto ao ICMS, questionou se a simplificação resultará em uma equalização adequada de temas como desoneração dos combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, na linha do que foi implementado pelo governo anterior – em referência à [Lei Complementar nº 194/2022](#), que definiu alíquotas máximas aplicáveis a esses itens. Em resposta, **Tebet** pontuou que, até o momento, já são previstos dois fundos pela Reforma, um Fundo para a Compensação de Estados e Municípios e um Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), destinado a diminuir as desigualdades regionais, mas que, apesar disso, **é possível discutir a criação de um fundo socioambiental**, dentro ou fora do escopo da Reforma. A respeito do setor de serviços, disse que **é possível discutir eventuais alíquotas diferenciadas e que não há objeções por parte do governo quanto a isso**.

**Newton Cardoso (MDB/MG)** afirmou que **a maior parte dos produtores rurais é formada por pessoas físicas** e que, mediante a implantação da não cumulatividade plena, **haverá dificuldades para aproveitamento de créditos do novo imposto**, especialmente pelos pequenos produtores. Nesse sentido, pediu dados do Ministério do Planejamento sobre os pequenos produtores para contribuir com o tratamento que será dado a esse público no texto constitucional a ser proposto pelo GT. Na questão federativa, **classificou como “ledo engano” o receio dos médios e grandes municípios de perderem autonomia sobre a tributação**, já que acredita que o novo sistema terá um IVA dual, em que os entes subnacionais terão preservada sua autonomia sobre as partes que lhes cabem do bolo tributário. Além disso, o novo sistema permitirá que os municípios tributem o consumo por inteiro e não apenas os serviços, como é hoje pelo ISS. Respondendo ao deputado, **Tebet** disse que **é possível discutir tratamento diferenciado a pequenos produtores, como a possibilidade de um Simples Rural**. Sobre os grandes municípios, reforçou os dados do IPEA segundo os quais poucos perderiam arrecadação, mas o fundo de compensação irá equilibrar essas receitas durante os primeiros 20 anos. Nesse sentido, pontuou que **3.249 municípios arrecadam até R\$ 100 per capita por ano a título de ISS e apenas 61 municípios conseguem arrecadar acima de R\$ 1.000 per capita por ano com ISS**, ou seja, para a maior parte dos municípios haverá ganhos de arrecadação e para os que terão perdas, essas serão compensadas pelo fundo constitucional e, posteriormente, os entes terão aumento de receitas em virtude do crescimento econômico esperado após a Reforma.



**Vitor Lippi**  
(PSDB/SP)

**Vitor Lippi** (PSDB/SP) afirmou que a agropecuária tem sustentado 25% da economia brasileira, mas que o setor sozinho não é capaz de alavancar o crescimento do país, que anualmente tem crescido menos do que os demais países. A indústria tem vivido um “drama”, com o fechamento de 30 mil empresas nos últimos 10 anos e a extinção de 1,4 milhão de empregos diretos e 3 milhões indiretos. Disse que o Brasil não tem a cultura do planejamento, o que o impede de aproveitar melhor seus recursos, os quais, muitas vezes, são investidos em áreas que não são verdadeiras prioridades. Nesse sentido, pontuou que **os mais de 1000 centros universitários públicos distribuídos em todas as regiões poderiam ser mecanismos de organização do sistema produtivo, de acordo com as vocações locais**. Em sua resposta, a ministra **Tebet lamentou o fato de o Congresso nunca ter aprovado um Plano de Desenvolvimento Regional** e defendeu que o tema seja discutido em paralelo, para contribuir com a redução das desigualdades regionais. Abordando a questão do planejamento, a ministra lembrou que este ano deve ser feito o novo Plano Plurianual (PPA) e que é vontade do presidente Lula que sua elaboração seja a mais participativa da história.

**Mauro Benevides Filho** (PDT/CE) disse que todos são favoráveis à Reforma desde que seja “para os outros”, porque quando se propõe alterar questões peculiares de cada setor há reações. Afirmou que **tem recebido em seu gabinete diversas indústrias de São Paulo preocupadas com o fim dos benefícios fiscais**. Pontuou que, mesmo preservando os R\$ 80 bilhões do Simples Nacional e os R\$ 50 bilhões da ZFM, ainda restarão mais de R\$ 300 bilhões em benefícios que demandarão “coragem” do governo e do Parlamento para serem extintos, em virtude da pressão dos setores beneficiados.

Retomando a fala da deputada Tabata Amaral sobre instrumentos de avaliação de políticas públicas, o deputado ainda mencionou que o Ceará possui mecanismo de avaliação de políticas públicas *ex ante*, isto é, antes da tomada de decisão de investimento. Pontuou que o Brasil saiu de R\$ 140 bilhões de investimentos previstos em 2010 para apenas R\$ 22 bilhões em 2022, em função do Teto de Gastos. Nesse sentido, disse que **o novo arcabouço fiscal, que substituirá o Teto, deve conter uma regra que preserve o volume de investimentos**, para que o crescimento da arrecadação não seja todo destinado a despesas obrigatórias. Voltou a levantar a **questão da necessidade de comprovação do recolhimento do tributo para efetivo aproveitamento do crédito tributário**, pontuando que esse tema precisa ser melhor discutido no GT, porque há muitos setores preocupados. Afirmou que, apesar do consenso em se discutir renda e patrimônio apenas depois de aprovada a Reforma sobre o consumo, tem tentado convencer o grupo e a equipe econômica do governo federal a incluir já nas atuais discussões linhas gerais sobre tributação do patrimônio, como imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) para aeronaves e imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD).

Ainda **questionou qual será a fonte de custeio do FDR**, se serão retirados aproximadamente 2% da arrecadação do IBS, o que significa diminuir receita, ou se haverá aumento da alíquota do IBS, em torno de 0,8%-0,9%, para custear o FDR. Em resposta, **Tebet** voltou a afirmar que os incentivos fiscais foram necessários por um tempo, mas seus efeitos se exauriram à medida que mesmo os estados consumidores começaram a criar incentivos para manter ou atrair novos empreendimentos, resultando em redução de receita, o que penaliza a população, que não tem serviços públicos adequados. A ministra ainda pontuou que o GT terá que discutir os atuais benefícios em vigor e verificar se permitirá a criação de novos benefícios, desde que se findem em 2032 – *em referência à [Lei Complementar nº 186/2021](#), que prorrogou até 2032 os incentivos fiscais concedidos pelos estados e pelo DF*. A respeito do custeio do FDR, **pontuou que, com a aprovação do arcabouço fiscal e a expectativa de redução do déficit do governo federal, não vê problemas no custeio do fundo pela União, mas ressaltou que se a receita sair da própria arrecadação do IBS será melhor**.



**Mauro Benevides Filho**  
(PDT/CE)

**Henderson Pinto** (MDB/PA) pontuou a necessidade de que a Reforma enfrente as desigualdades regionais, afirmando que a região amazônica é uma das mais prejudicadas e que a novo sistema deve se preocupar principalmente na devida distribuição dos recursos, porque há atividades, como transporte escolar, que custam muito mais na Amazônia do que nas regiões Sul e Sudeste, por exemplo, uma vez que há trechos superiores a 200 quilômetros. Outro ponto destacado é a falta de pavimentação em rodovias, como a Transamazônica, a qual, só no estado do Pará, tem 800 quilômetros não pavimentados. Convidou os parlamentares para participar, no dia 10 de maio, da sessão solene do lançamento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, destacando que os municípios que implementaram programas de educação fiscal têm um resultado positivo na arrecadação e no retorno desses tributos para a população.

**Fernando Mineiro** (PT/RN) afirmou que a Reforma é de interesse dos cidadãos e dos trabalhadores, motivo pelo qual sugeriu que as centrais sindicais sejam ouvidas nas discussões do GT – *o que está previsto para ocorrer no dia 25 de abril, com foco em temas da empregabilidade e progressividade tributária*. Também defendeu a discussão sobre renda e patrimônio, mas adiantando que isso deve criar muitas resistências. Disse que o programa de governo vencedor nas eleições de 2022 depende da aprovação da Reforma para ser implementado. Ainda pediu que o Ministério do Planejamento apresente com mais profundidade os números sobre a Reforma Tributária, ao que **Tebet** respondeu que depende do relatório do GT para que os números sejam melhor aprofundados, pontuando que, após a apresentação do parecer, o IPEA e o IBGE poderão retornar ao colegiado para apresentação dos dados mais atualizados.

**Carol Dartora** (PT/PR) afirmou que **o novo arcabouço fiscal e as propostas laterais de aumentar a arrecadação por meio da cobrança de impostos do e-commerce, por exemplo, podem promover maior justiça tributária**. Em outra frente, **defendeu a criação de políticas de incentivo à contratação de mulheres e combate à desigualdade de raça**. Também disse que é necessário discutir imposto sobre renda, considerando, dentre outros fatores, a cobrança do imposto de trabalhadoras domésticas e de mulheres negras que são receptoras de pensão alimentícia, por exemplo. O deputado **Reginaldo Lopes** respondeu que mesmo nas discussões sobre consumo, pode haver mecanismos de justiça tributária, como o cashback, e afirmou ser favorável a debates sobre “cashback rosa”, considerando que alguns produtos femininos são mais caros. Já a ministra **Tebet** concordou com as sugestões da deputada Dartora de discutir eventuais incentivos à empregabilidade de mulheres pretas ou que aumentem a contratação de profissionais com mais de 55 anos de idade, por exemplo.

**Paulo Fernando** (REP/DF) apontou que diversos estudos setoriais estimam que haverá aumento da carga tributária para fazer frente às despesas públicas, nesse sentido, **questionou qual será a contribuição efetiva do governo federal na redução de gastos**. A ministra **Tebet** respondeu que **a preocupação do governo é mais no sentido de melhorar a qualidade e a eficiência dos gastos do que em cortá-los**, embora apoie uma possível extinção de políticas públicas que sejam ineficientes e não sejam fundamentais para o país. Nessa perspectiva, mencionou que **alguns aperfeiçoamentos estão sendo feitos em políticas como o Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida, com vistas a aumentar a focalização desses programas nos públicos que mais necessitam**. Além disso, pontuou que a inovação e os avanços tecnológicos podem contribuir para a redução de gastos públicos, como o prontuário eletrônico da saúde e a telemedicina.

**Simone Tebet** encerrou sua participação reforçando os dois eixos da Reforma que não devem ser alterados: **tributação no destino e unificação de tributos**, mas pontuando que todas as demais questões estão abertas à discussão.



**Carol  
Dartora  
(PT/PR)**

Voltou a dizer que o novo sistema tributário precisa ser aprovado para o Brasil voltar a crescer à medida das suas riquezas e vantagens comparativas. Disse que **é preciso “deixar de lado as diferenças setoriais e federativas e confiar no Congresso Nacional e no governo federal”**, que, segundo ela, não deixarão aprovar uma Reforma que prejudique qualquer ente subnacional. Ainda pediu apoio do Parlamento para aprovar os projetos prioritários do Executivo, especialmente o novo arcabouço fiscal.

## AGENDA

Na próxima semana, o GT cumprirá cronograma com as atividades destacadas abaixo.

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA: REFORMA TRIBUTÁRIA SOB A PERSPECTIVA SETORIAL - TRANSPORTES E SERVIÇOS | terça (11), 14h30**

- » **Nelson Machado**, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e ex-ministro da Previdência Social (2005-2007);
- » **Alessandra Brandão**, advogada tributarista da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
- » **Eduardo Sanovicz**, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR);
- » **Francisco Christovam**, presidente-executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU);
- » **Luigi Nese**, presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS);
- » **Fernando Garcia de Freitas**, assessor econômico da CNS;
- » **Tácio Lacerda Gama**, presidente do Instituto de Aplicação do Tributo (IAT) e professor de Direito Tributário da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA: REFORMA TRIBUTÁRIA SOB A PERSPECTIVA SETORIAL – SAÚDE E EDUCAÇÃO | quarta (12), 14h30**

- » **Nelson Leitão Paes**, doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e assessor na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;
- » **Bruno Sobral de Carvalho**, secretário-executivo na Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde);
- » **Marcos Paulo Novais Silva**, superintendente executivo do Sistema Abramge, Sinamge e Sinog (planos de saúde, empresas de medicina de grupo e planos odontológicos);
- » **Jorge Antônio Deher Rachid**, consultor tributário e ex-auditor fiscal da Receita Federal;
- » **Mônica Andreis**, diretora presidente da ACT Promoção da Saúde;
- » **Fernando Silveira Filho**, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (ABIMED);
- » **Reginaldo Braga Arcuri**, presidente executivo do Grupo FarmaBrasil;
- » **Mauro Grimaldo da Silva**, coordenador do Conselho de Advogados da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN);
- » **Ricardo Furtado**, conselheiro fiscal da CONFENEN;
- » **Elizabeth Guedes**, presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e presidente da Câmara de Ensino Superior (CES) da CONFENEN;
- » **José Roberto Covac**, assessor jurídico do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular;
- » **Emerson Casali Almeida**, consultor institucional do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

### **VISITA AO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS-AM E SEMINÁRIOS | sexta (14), 8h**

- » **8h-9h30** | Visita Técnica às empresas do Distrito Industrial, unidade da Honda;
- » **10h-12h** | Seminário estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM;



- ⇒ Convidados:
- Casa Civil do Estado do Amazonas;
  - Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas - SEFAZ/AM;
  - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas - SEPLAN/AM;
  - Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM;
  - Câmara Municipal de Manaus/AM;
  - Prefeitura de Manaus/AM;
  - Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM;
  - Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM.
- » **15h-17h** | Seminário com os Governadores do Norte, coletiva de imprensa e coquetel de encerramento na Sede do Governo do Estado.

